Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014. Edição n° 1569

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Atos normativos.....3

Súmulas de contratos.....3

Avisos de Licitações.....3

Concursos Públicos.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5

JANELISE CRISTINE CORTES ANHAIA:45031584068

Digitally signed by JANELISE CRISTINE CORTES ANHAIA:45031584068
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR VALID CD, cn=JANELISE CRISTINE CORTES ANHAIA:45031584068
Date: 2014.12.04 09:24:57 -02'00'

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição nº 1569

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 93/2014

Altera dispositivo do Provimento n.º 72/2009, que regulamenta o programa de estágios no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no PR.01380.00119/2014-5;

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Altera o artigo 59 do Provimento n.º 72/2009, de 29 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. Os estagiários Bolsistas do Ministério Público terão direito à concessão de auxílio-alimentação, à razão de R$ 6,00 (seis reais) e auxílio-transporte, à razão de R$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), ambos por dia de efetivo exercício do estágio, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período.

§ 1º Os auxílios mencionados no "caput" serão pagos em pecúnia.

§ 2º Será considerado de efetivo exercício, para fins de pagamento dos auxílios previstos no "caput", o dia de afastamento previsto no inciso V do art. 75 deste Provimento."

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2014.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 572/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

RENOVAR

- com base no parágrafo 2º do art. 129 da Constituição Federal e nos termos do Provimento n.º 11/2008, a autorização do Dr. PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR, ID n.º 3365522, Promotor de Justiça de Portão, para residir na cidade de Porto Alegre/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00001.02537/2012-1). Esta portaria vigorará até 31 de dezembro de 2015 ou pela remoção/promoção que implique na saída da comarca, ou até ulterior deliberação (Port. 4442/2014).

- com base no parágrafo 2º do art. 129 da Constituição Federal e nos termos do Provimento n.º 11/2008, a autorização da Dra. ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA, ID n.º 3439798, Promotora de Justiça de Gravataí, para residir na cidade de Porto Alegre/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00001.00131/2012-5). Esta portaria vigorará até 31 de dezembro de 2015 ou pela remoção/promoção que implique na saída da comarca, ou até ulterior deliberação (Port. 4443/2014).

- com base no parágrafo 2º do art. 129 da Constituição Federal e nos termos do Provimento n.º 11/2008, a autorização da Dra. CAROLINE SPOTORNO DA SILVA, ID n.º 3443515, Promotora de Justiça de Viamão, para residir na cidade de Porto Alegre/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00932.00088/2013-9). Esta portaria vigorará até 31 de dezembro de 2015 ou pela remoção/promoção que implique na saída da comarca, ou até ulterior deliberação (Port. 4444/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 573/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

PROMOVER

- por merecimento, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, de entrância intermediária, a Dra. TÁSSIA BERGMEYER DA SILVEIRA, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé, ID n.º 3884686 (Edital 236/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 574/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- a contar de 01 de dezembro de 2014, a Portaria n.º 3125/2014, que reduziu a carga horária da servidora PATRICIA QUENTEL, Agente Administrativo, ID n.º 3447421, para 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos do art. 6° da lei n° 7.253/79 (PR.00576.00896/2010-2 - Port. 4511/2014).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vanta-

gens, 1 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, do servidor JOÃO ANTONIO ALVARES TEIXEIRA, Secretário de Diligências, ID n.° 3428281, registrada no Boletim n.º 396, publicado no DEMP de 11/10/2006, referente ao quinquênio de efetividade de 28/09/2001 a 26/09/2006, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 01/12/2014 – DL.00576.01587/2014 -8 - Port. 4517/2014).

NOMEAR

- PRISCILA DA SILVA LOPES, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 4518/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 4505/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. Determinar, com fulcro no artigo 198 e 200, incisos I e ss. da Lei Complementar Estadual n° 10.098/94, a instauração de Sindicância para apurar infração disciplinar cometida a servidor de provimento efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cuja qualificação e fatos constam do expediente **SPU.PR.01055.00182/2014-7**, que, em tese, infringência aos deveres previstos nos incisos I e V (este c/c Provimento N.19/2007 que alterou o Provimento N.29/2000) do artigo 177 da Lei Complementar Estadual n° 10.098/1994, ficando sujeito às penas do artigo 187 do mesmo diploma legal.

2. Designar os servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Área do Direito, como Sindicante, **Karen Desirée Marques Ifran**, ID 3448991, Agente Administrativo, como Secretária.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 03 de dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO
PROCESSO PR.01075.07929/2014-0

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Sistema de Ensino Gaúcho- SEG, CNPJ nº 16.990.543/0001-33; OBJETO: Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; PRAZO: 5 (cinco) anos; DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014; Daniel Sperb Rubin, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Maria Terezinha Mangine de Ávila, Diretora. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,** Porto Alegre, 03/12/2014.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO Nº 001490-09.00/14-8

CONTRATADA: CSM – CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS LTDA.; **OBJETO**: prorrogar por 45 (quarenta e cinco) dias o prazo de conclusão da Obra, a contar de 1º de dezembro de 2014, referente ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia – AJDG nº 56/14; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 57, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N.º 3527-09.00/13-9
TOMADA DE PREÇOS N.º 18/13

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, (i) rescindir a contratação da empresa SULOBRAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, com amparo nos artigos 77, 78, incisos I e II, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, item 13.2, letra "a", do ajuste, bem como aplicar-lhe a sanção de (ii) suspensão de participação em licitações e impedimento para contratação com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, ao amparo dos artigo 87, inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e na Cláusula Décima Segunda, item 12.1, letra "c", do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 103/2014 (Processo nº 4077-09.00/13-4) Tipo: Menor Preço. **Objeto**: Contratação de empresa especializada em realizar curso do software Access Data FTK 5.0, para treinamento de servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações constantes deste Edital e seus anexos. **Data e horário de abertura das propostas**: **17/12/2014, às 10 horas**. **Data e horário de início da disputa de preços**:**17/12/2014, às 11 horas.**

Local: *www.pregaobanrisul.com.br*. Editais disponíveis na página: **http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico**. Informações gerais: e-mail, *c-plic@mp.rs.gov.br*. **Base legal**: Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.° 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição n° 1569

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ENGENHEIRO CIVIL** DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 527/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Engenheiro Civil, Classe "R", Edital nº 450/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2014, **RESOLVE**:

I. **CONVOCAR** os candidatos inscritos no Concurso Público para o cargo de Engenheiro Civil para a realização das provas objetivas, nas seguintes condições:

1. **DATA**: 18 de janeiro de 2015;
2. **HORÁRIO**: início às 09 horas e término às 13 horas;
3. O candidato deverá comparecer ao local de prova com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de documento de identidade expedido por órgão oficial, com foto, caneta esferográfica de tinta azul ou preta e comprovante de recolhimento do valor da inscrição;
4. **TEMPO DE DURAÇÃO DAS PROVAS**: 04h (quatro horas);
5. **LOCAL**: Sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80 – 3º andar, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS;
6. Durante a realização das provas objetivas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, aparelhos eletrônicos ou de comunicação, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações;
7. Ao término das provas, os dois últimos candidatos que se encontrarem na sala deverão acompanhar os fiscais de prova até a sala da coordenação para firmar o termo de entrega das provas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,
Presidente da Comissão do Concurso.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR – ÁREA DO DIREITO** DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 528/2014

RETIFICAÇÃO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Assessor – Área do Direito, Classe "R", Edital nº 377/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 29 de agosto de 2014, **RESOLVE**:

I. **RETIFICAR**, no Anexo I do Edital nº 526/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 03 de dezembro de 2014, o gabarito da prova objetiva para constar o que segue:

QUESTÃO	ALTERNATIVA
75	D

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

IVORY COELHO NETO,
Presidente da Comissão de Concurso.

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição n° 1569

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 16/2014 - CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Civis:

IC 00718.00070/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Bagé, por Everton Luís Resmini Meneses, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar o descumprimento pelo Hospital Santa Casa de Caridade de Bagé, do artigo 19 da Lei 8.080/90, da Portaria GM/MS nº 2.418/2005 e da Lei Estadual nº 12.157/2004.

IC 00718.00074/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Bagé, por Everton Luís Resmini Meneses, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no acondicionamento e distribuição dos agasalhos doados ao PROCIBA – Campanha do Agasalho 2014. Investigada: Silvana Kinczel Caetano.

IC 00723.00038/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, por Alécio Silveira Nogueira, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a ausência de fornecimento de fraldas pela 5ª Coordenadoria Regional de Saúde às pessoas necessitadas no município.

IC 00723.00044/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, por Alécio Silveira Nogueira, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar ausência de enfermeiros em unidades do Hospital Tacchini. Investigado: Sociedade Bartholomeu Tacchini.

IC 00732.00040/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Camaquã, por Ricardo Cardoso Lazzarin, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a existência de ELPI clandestino. Investigado: Victor Yuri e Silva Borges.

IC 00732.00041/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Camaquã, por Ricardo Cardoso Lazzarin, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a existência de ELPI clandestino. Investigado: Vera Maria Dillmann Weege.

IC 00732.00044/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Camaquã, por Ricardo Cardoso Lazzarin, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar denúncia de abuso e negligência aos idosos pelas empresas de transporte coletivo no município de Dom Feliciano. Investigado: Município de Dom Feliciano.

IC 00738.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu, por Bill Jerônimo Cherer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a existência de profissionais capacitados ao manejo, para fins de locomoção e higienização, de alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino no município. Investigado: Município de Canguçu e Estado do Rio Grande do Sul.

IC 00738.00026/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu, por Bill Jerônimo Cherer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventuais deficiências nas condições de acessibilidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Geraldo Antônio Telesca. Investigado: Município de Canguçu.

IC 00738.00027/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu, por Bill Jerônimo Cherer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual ilegalidade na garantia de gratuidade no transporte público intramunicipal a pessoas idosas no município. Investigado: Iguatur Transporte e Turismo Ltda. e Município de Canguçu.

IC 00738.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu, por Bill Jerônimo Cherer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual ilegalidade na garantia de gratuidade no transporte público intramunicipal a pessoas com deficiência no município de Canguçu. Investigados: Alvino Vitalino Betthin e Cia. Ltda., Horlando Bohm Transporte de Passageiros e Cargas, Iguatur Transporte e Turismo Ltda., Município de Canguçu, Transportes Campos Ltda. e Transportes Cometur Ltda.

IC 00738.00030/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu, por Bill Jerônimo Cherer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual ilegalidade na garantia de gratuidade no transporte público intramunicipal prestado pela Empresa de Transportes Pionesul a pessoas com deficiência no município de Canguçu.

IC 00742.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Carazinho, por Juliano Griza, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades nas farmácias investigadas Joceli Abreu Antunes – ME (Drogaria Farmavida) e Alberichi & Dal Pizzol Ltda – ME (Drogaria Saúde Farma).

IC 00748.00099/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Mauro Rocha de Porchetto, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar o fato de cidadãos sofrendo agressões físicas e psicológicas pelos funcionários Carlos Alberto dias da Silva e Sônia Teresinha da Silva Jesus no Restaurante Comunitário, localizado à rua Vinte de Setembro, no município.

PI 00748.00187/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar fiscalização ao pronto antendimento 24 horas – Centro à Vida, Dr. Carlos Felippe Spinato, em Caxias do Sul.

PI 00748.00250/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar se houve qualquer desrespeito a direitos fundamentais para a realização de círculo restaurativo no interior da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, envolvendo réu e vítima do Processo Criminal PJ 010/2.10.0003699-2, em tramitação na 1ª Vara Criminal da Comarca.

PI 00748.00251/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a demora excessiva no agendamento de consultas cardiológicas pelo Sistema Único de Saúde em Caxias do Sul.

IC 00771.00048/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Farroupilha, por Jeanine Mocellin, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar atendimento de cirurgia vascular pelo Hospital Beneficente São Carlos.

IC 00784.00005/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Gravataí, por Carolina Barth Loureiro Ingracio, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar o desvio de finalidade da Comunidade Terapêutica Usina da Saúde, na Rua Barros Cassal, nº 96, no município.

IC 00786.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaíba, por Ana Adelaide Brasil Sá Caye, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar denúncia acerca das possíveis irregularidades praticadas em clínica de nefrologia situada na Rua Otaviano Manuel Oliveira Júnior, 256, no município.

IC 00933.00012/2012 instaurado na Promotoria de Igrejinha, por Brenusa Marquardt Corleta, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar suposta recusa do Município em providenciar estudos sociais solicitados pelo Ministério Público e Poder Judiciário. Investigado: Município de Igrejinha.

IC 00798.00012/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Jaguarão, por Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a falta de Ambulâncias para pacientes adultos no município.

IC 00798.00014/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Jaguarão, por Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a ausência de transporte escolar na zona urbana, no município.

IC. 00807.00013/2011 instaurado na Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, por João Francisco Campello Dill, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na prestação de serviços médicos psiquiátricos por parte do município.

IC 01211.00021/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Osório, por Luis Cesar Gonçalves Balaguez, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar inexistência de política municipal de atendimento ao idoso no município.

IC 01128.00143/2014 com a finalidade de investigar a restrição da porta de emergência do Instituto do Coração. Investigado: Instituto do Coração.

IC 01217.00001/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar falta de segurança na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC). Investigado: SUSEPE e Estado do Rio Grande do Sul.

IC 01217.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar equipe de Saúde da PEAR – Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos. Investigado: SUSEPE e Estado do Rio Grande do Sul.

IC 01217.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar falta de atendimento médico na PMEC – Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul e SUSEPE.

IC 01217.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar concessão de uso da cantina da PASC – Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Investigado: SUSEPE e Estado do Rio Grande do Sul.

IC 01217.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a regularização da cantina do PCPA – Presídio Central de Porto Alegre.

IC 01217.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a regularização da cantina da PEFG – Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba. Investigado: M DA S PETER – ME.

IC 01217.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a regularização da cantina da PFMP – Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

IC 01217.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a regularização da cantina do IPEP – Instituto Penal de Charqueadas.

IC 01217.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a regularização da cantina da PASC – Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

IC 01217.00035/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar fechamento do Gabinete Médico no Presídio Policial Militar de Porto Alegre. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul e Brigada Militar.

IC 01217.00037/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o Cumprimento de pena no 4º regimento da Brigada Militar de Porto Alegre. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul e Brigada Militar.

IC 01217.00038/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a Lotação dos agentes Penitenciários que respondem a processo administrativo e/ou ação judicial. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul e SUSEPE.

IC 00821.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Denilson Belegante, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventual cobrança irregular por parte de clínica de Passo Fundo a pacientes usuários do SUS. Investigado: Clínica Cedil.

IC 00850.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Quaraí, por Robson Jonas Barreiro, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar se o número atual de efetivo policial civil e militar atende às demandas do Município de Quaraí, bem como se as cedências feitas pelo Estado do Rio Grande do Sul nas denominadas Operaçoes Golfinho e Verão não afetam a segurança pública local.

IC 00856.00023/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, por Marlise Martino Oliveira, Promotora de

Justiça, com a finalidade de investigar a interrupção unilateral, por parte do município, da parceria entre este e o Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora para pagamento de sobreaviso médico. Investigado: Município de Rosário do Sul.

IC 00864.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Fernando Chequim Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de apuração de insuficiência de recursos humanos na prestação de serviço público Essencial na área da saúde, mais especificamente psiquiatria, na rede pública municipal de Santa Maria.

PI 00865.00072/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Fernando Chequim Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar irregularidades nos CAPS. Investigado: Município de Santa Maria.

IC 00867.00020/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Rosa, por Marcelo Augusto Squarça, Promotor de Justiça, com a finalidade de fiscalizar a criação e/ou implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Porto Mauá. Investigado: Município de Porto Mauá.

IC 00887.00019/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Jerônimo, por Márcia Regina Nunes Villanova, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar as possíveis irregularidades na prestação do serviço público de transporte de passageiros prestados pela Expresso Vitória. Investigados: Detran/RS, Expresso Vitória Transporte Ltda, Metroplan e Município de São Jerônimo.

IC 00894.00030/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar os investimentos orçamentários municipais e estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Caibaté.

IC 00894.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as aplicações dos investimentos orçamentários. Municipais e estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Dezesseis de Novembro.

IC 00894.00032/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, municipais e estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Mato Queimado.

IC 00894.00033/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Pirapó.

IC 00894.00034/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Rolador.

IC 00894.00035/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de São Nicolau.

IC 00894.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamárcia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o problema de falta de acessibilidade no prédio da Inspetoria Veterinária do Município de São Nicolau.

IC 00873.00021/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, por Júlio César Maggio Stürmer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a carência de enfermeiros na rede pública de saúde do município.

IC 01223.00041/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santiago, por Sérgio Cunha de Aguiar Filho, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a falta de residencial terapêutico para acolhimento de pessoas com deficiência mental no município.

IC 00907.00072/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade, por Mari Oni Santos da Silva, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o tempo excessivo de espera para atendimento do público que comparece à agência local do Banrisul, localizada na Av. Marechal Floriano Peixoto, Centro, no município.

IC 00912.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Taquari, por João Pedro Togni, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a correta destinação de verbas públicas (Estado do Rio Grande do Sul e Município de Taquari) destinadas ao Instituto de Saúde e Educação Vida – ISEV – Unidade Taquari.

IC 00914.00087/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres, por Márcio Roberto Silva de Carvalho, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar a ausência de infraestrutura básica no loteamento/bairro Quatro Lagos em Arroio do Sal/RS, tais como, ausência de pavimentação nas ruas, energia elétrica, rede pública de água tratada, esgoto cloacal e pluvial. Investigados: Município de Arroio do Sal e Companhia Rio-Grandense de Saneamento CORSAN.

IC 00931.00067/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de garantir a instituição de fluxo para abrigagem na Casa-Lar conveniada com o Município de Viamão, assim como a elaboração e execução do plano de atendimento individual para cada morador. Investigado: Associação Beneficiente Da Augusto e Município de Viamao.

IC 00931.00087/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a carência de recursos humanos desponibilizados para atuação da Delegacia de Pronto Atendimento de Viamão. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul.

IC 00931.00088/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o protocolo que o Hospital de Viamão adota quanto da alta de pacientes encaminhados para atendimento pelo Município de Viamão, visando à instituição de fluxo que assegure a comunicação ao serviço municipal de tal ocor-

rência. Investigado: Hospital de Viamão – Fundação Universitária de Cardiologia e Município de Viamão.

IC 00931.00089/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de assegurar aos albergados e aos usuários do Centro POP do Município de Viamão plano de atendimento individual visando afastá-los da situação de vulnerabilidade a partir do resgate de vínculos familiares, de qualificação profissional, colocação no mercado de trabalho ou percepção de renda, da oferta de serviços de saúde etc.,. Investigado: Município de Viamão.

IC 00931.00090/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar se a ILPÍ Santo Antônio prestou a assistência de que o idoso Antônio Passos necessitava no período em que o abrigou.

IC 00931.00091/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as condições físicas, higiênicos-sanitárias e de estrutura de serviços da SRT Residencial São Francisco, no município.

IC 00931.00092/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar as condições físicas, higiênicos-sanitárias e de estrutura de serviços do SRT APE-Residencial Terapêutico e Psiquiátrico, no município.

IC 00931.00093/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar se efetivamente utilizados e suficientes os biombos à disposição do pronto atendimento SUS do Hospital de Viamão, bem como o protocolo utilizado no mesmo nosocômio para identificação, até isolamento, dos casos suspeitos de doenças infectocontagiosas que coloquem em risco os demais pacientes e funcionários, tendo como investigada a Fundação Universitária de Cardiologia Hospital Viamão.

IC 00931.00094/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar se o Município de Viamão mantém políticas de treinamento e aprimoramento do sistema de acolhimento na UBS Itapuã, em especial no que diz com a recepção, avaliação e encaminhamento dos pacientes pelos profissionais de enfermagem.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,
Promotor de Justiça, Coordenador,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.